

TCU participa de audiência pública no Senado Federal

A Comissão Mista que discute a Medida Provisória 703, de 2015, do Senado Federal realizou, na manhã do dia 6, audiência pública para debater os aspectos da MP. O titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, Rafael Jardim Cavalcante, representou o Tribunal de Contas da União na ocasião.

A Medida Provisória modifica a Lei Anticorrupção (12.846/13) e dispõe sobre os acordos de leniência. A medida prevê que o Ministério Público e os tribunais de contas só entrem no caso para fiscalizar os acordos, depois de iniciadas as negociações.

Em sua apresentação, Cavalcante falou sobre as consequências do atual texto proposto na MP e sugeriu mudanças para que a redação final da norma resguarde livre exercício do controle externo. Segundo ele, o texto hoje em vigência retira poderes do TCU e do Congresso Nacional ao prever que órgãos de controle interno do governo federal, Estados e municípios celebrem os acordos com as empresas.



Pedro França/Agência Senado

Outro ponto da MP que também foi abordado pelo secretário do TCU é o que prevê a suspensão e arquivamento dos processos administrativos referentes a licitações e contratos em curso em outros órgãos ou entidades que versem sobre o mesmo objeto do acordo de leniência. Ele ainda deixou claro que o TCU não pretende ser execu-

>> *Continua*

Setic e STI

Vem aí a pesquisa de satisfação de TI 2016

A partir de hoje, a Secretaria de Infraestrutura de TI (Setic) e a Secretaria de Soluções de TI (STI) realizarão pesquisa de satisfação dos servidores com os serviços de tecnologia da informação (TI) do Tribunal de Contas da União.

>> 2

Secom

Reportagem aborda trabalho sobre segurança viária

Assista à reportagem do *União* sobre auditoria do Tribunal de Contas da União que avaliou a segurança viária de rodovias brasileiras.

>> 3

TCU sem barreiras

TCU adquire impressora braille

A Caces, em parceria com a Setic, adquiriu impressora braille para a confecção de material nesses caracteres sempre que se fizer necessário.

>> 4

tor do acordo, mas sim que seja preservado o controle externo da administração pública feito pelo Congresso Nacional e pela Corte de Contas.

Também participaram da mesa de debates o advogado e ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Langaro Dipp; o subprocurador-geral da República Nicolao Dino; o promotor de justiça do Estado de São Paulo e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu; o secretário-executivo da Controladoria-Geral da União, Carlos Higino Ribeiro de Alencar; e o professor titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade

de São Paulo Heleno Torres.

Essa audiência fez parte de um ciclo de dois dias de debates sobre o tema. No dia 5, a presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Lucieni Pereira, participou da discussão juntamente com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (Ibeji) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Assista a íntegra dos debates do [dia 5](#) e do [dia 6](#) no *site* do Senado Federal.

Setic e STI

Vem aí a pesquisa de satisfação de TI 2016

A partir de hoje, a Secretaria de Infraestrutura de TI (Setic) e a Secretaria de Soluções de TI (STI) realizarão pesquisa de satisfação dos servidores com os serviços de tecnologia da informação (TI) do Tribunal de Contas da União.

A pesquisa tem por objetivo identificar as principais oportuni-

des de melhoria das soluções de TI disponíveis e dos serviços prestados por ambas as secretarias sob o ponto de vista de quem os utiliza. Para facilitar a participação, serão enviadas por *e-mail* instruções de preenchimento do questionário a todos os servidores. A Setic e a STI agradecem sua colaboração.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Presidente:

Aroldo Cedraz de Oliveira

Vice-presidente:

Raimundo Carreiro

MINISTROS

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

José Múcio Monteiro

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Procurador-geral:

Paulo Soares Bugarin

Subprocuradores-gerais:

Lucas Rocha Furtado

Cristina Machado da Costa e Silva

Procuradores:

Marinus Eduardo De Vries Marsico

Júlio Marcelo de Oliveira

Sérgio Ricardo Costa Caribé

1ª CÂMARA

Presidente: Walton Alencar Rodrigues

Membros:

Benjamin Zymler

José Múcio Monteiro

Bruno Dantas

Augusto Sherman Cavalcanti (ministro-substituto)

Weder de Oliveira (ministro-substituto)

Lucas Rocha Furtado (representante do Ministério Público)

2ª CÂMARA

Presidente: Raimundo Carreiro

Membros:

Augusto Nardes

Ana Arraes

Vital do Rêgo

Marcos Bemquerer Costa (ministro-substituto)

André Luís de Carvalho (ministro-substituto)

Cristina Machado da Costa e Silva (representante do Ministério Público)

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Telefones: (61) 3316-7548 / 3316-7210

<http://www.tcu.gov.br>

Secom

Reportagem aborda trabalho do TCU sobre segurança viária

Assista [aqui](#) à reportagem do *União* sobre auditoria do Tribunal de Contas da União que avaliou a segurança viária de rodovias brasileiras. O TCU fiscalizou BRs com altos índices de acidentes na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais e em Santa Catarina.

No portal, no espaço TV TCU, você também pode acessar os demais produtos em vídeo produzidos pelo TCU. Acesse [aqui](#).



Seminário no RJ vai debater acordo de leniência no âmbito da lei anticorrupção

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) promoverão nos dias 14 e 15 deste mês, o Seminário Acordo de Leniência no Âmbito da Lei Anticorrupção. O evento será realizado no Espaço Cultural Humberto Braga, no TCE-RJ, e terá a participação do ministro do Tribunal de Contas da União Benjamin Zymler e o procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU Júlio Marcelo de Oliveira.

O evento tem apoio institucional do Tribunal de Contas da União, da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, da Escola da Advocacia-Geral da União, da Escola Superior do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal.

Inscreva-se [aqui](#). Acesse [aqui](#) a programação completa.

SEMINÁRIO
ACORDO DE LENIÊNCIA
Lei Anticorrupção

14 e 15 de abril
das 9h às 18h

Veja a programação completa e faça a sua inscrição no site www.ecg.tce.rj.gov.br

LOCAL
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Auditório do Espaço Cultural Humberto Braga
Praça da República, 54/56
Centro - Rio de Janeiro

Dia 14 (quinta-feira)
Abertura oficial do evento
Conferência de abertura
Painel 1: Riscos e oportunidades dos acordos de leniência sob a ótica do controle público e das convenções internacionais
Mesa de debates: Acordo de leniência e conflito de competência entre as instituições de controle
Painel 2: Repercussões dos acordos de leniência na esfera cível (Lei Anticorrupção e Improbidade Administrativa) – Condicionantes necessárias (estudos e propostas legislativas)

Dia 15 (sexta-feira)
Painel 3: Repercussões dos acordos de leniência na esfera de controle externo
Mesa redonda: Percepção da sociedade civil sobre os acordos de leniência
Painel 4: Repercussões do acordo de leniência administrativo na esfera penal
Painel 5: Compliance e competitividade
Conferência de encerramento

APOIO INSTITUCIONAL
MPF TCU AGU

PATROCÍNIO
CAB RJ ANTC AMISSON ampr ANAPE ATRICON ASTICRU

REALIZAÇÃO
UERJ TCE RJ

ORGANIZAÇÃO
UERJ TCE RJ

ATITUDES PARA UM TCU + SUSTENTÁVEL

Use água do filtro



TCU adquire impressora braille

O art. 17, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispõe que “o poder público promoverá a eliminação de barreiras de comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldades de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer”.

O dispositivo legal citado institui importante mecanismo de garantia da acessibilidade plena às pessoas com deficiência sensorial, outorgando ao poder público essa obrigação.

Complementarmente, a ABNT NBR 15599:2008 estabelece:

“5.1.2.2 Informações essencialmente sonoras, como entrevistas disponíveis em arquivos de áudio, devem estar também disponíveis em texto, possibilitando sua edição em tipos ampliados, braille e caracteres em relevo.

(...)

5.1.2.4 Informações textuais constantes de material gráfico devem estar disponíveis nas versões:

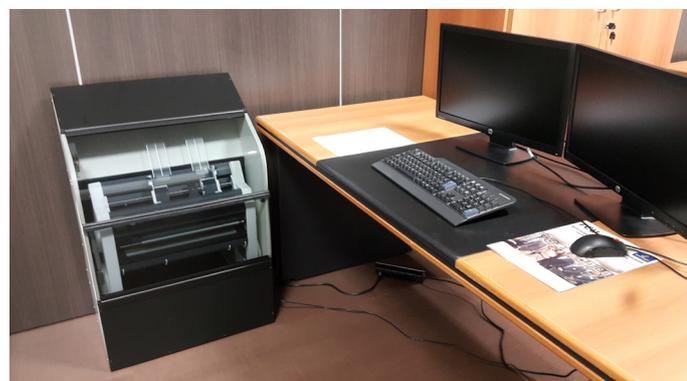
(...)

c) tátil - braille e caracteres em relevo.

(...)

5.2.7 Serviços Jurídicos

Audiências jurídicas e processos judiciais, em geral, devem promover a explicitação dos termos de qualquer documento:



(...)

c) em braille, antes deste ser firmado por pessoa cega, com baixa visão ou surdo-cega, usuária do sistema braille:

(...)

5.3.2.6 Escolas, bibliotecas e demais espaços educativos devem prover equipamentos e programas

de computador com interfaces específicas, como ampliadores de tela, sintetizadores de voz, impressoras e conversores braille, entre outras possibilidades.

(...)

5.4.1 Museus, exposições e espaços culturais

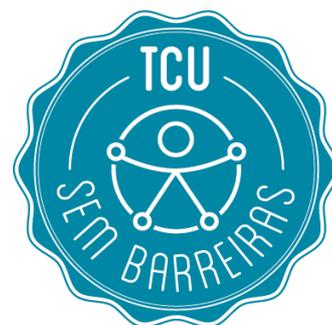
(...)

e) exemplares de libretos e programas, de eventos e exposições, em braille e em tipos ampliados.”

Ciente dessa necessidade, a Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (Caces), em parceria com a Secretaria de Infraestrutura de TI (Setic), adquiriu impressora braille para a confecção de material nesses caracteres sempre que se fizer necessário, dando assim cumprimento à legislação indicada, bem como garantindo a eliminação de barreiras na comunicação e nas informações no âmbito do TCU. A impressora está instalada na sala da Caces e à disposição da Casa.

É importante destacar, acima de tudo, que instrumentalizar o tribunal para atender plenamente a sociedade demonstra a preocupação da organização com a questão da acessibilidade. Essa iniciativa gera imagem positiva e fortalece sua posição entre as entidades que, atualmente, se esforçam por cumprir seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Valéria Cristina Gomes Ribeiro
Comissão de Acessibilidade do TCU (Caces)
Edifício-sede, sala 248, ramal 5913.



Índices

Valor da Multa TCU em 2016: até **R\$ 54.820,84**

Salário Mínimo: **R\$ 880,00**

IPCA - março: 0,43%



Sessões

As pautas das sessões podem ser encontradas no Portal do TCU, no link [Sessões](#).

Pauta da 1ª Câmara

Para ver a pauta da sessão ordinária da 1ª Câmara de 12/4/2016, clique [aqui](#).

Pauta da 2ª Câmara

Para ver a pauta da sessão ordinária da 2ª Câmara de 12/4/2016, clique [aqui](#).

Para ver a pauta explicativa da sessão pública do Plenário, disponível a partir das 19h de hoje, clique [aqui](#).



Histórias contadas / Dsaud

Mudanças

Um velho sábio foi interrogado sobre a trajetória da sua existência até aquele dia. E eis como ele a resumiu em três etapas:

– Aos vinte anos tinha só uma oração: “Meus Deus, ajuda-me a mudar este mundo tão insustentável, tão impiedoso”. E, durante os vinte anos seguintes, lutei como uma fera para constatar que afinal nada tinha mudado.

Aos quarenta anos, tinha apenas uma oração: “Meu Deus, ajuda-me a mudar a minha mulher, os meus pais e

os meus filhos!” Durante vinte anos, lutei como uma fera para, no final, constatar que nada tinha mudado.

Agora sou um homem velho e apenas tenho uma oração: “Meu Deus, ajuda-me a mudar-me” – e eis que o mundo à minha volta mudou!

Fonte: *As Parábolas na Empresa*. Alexandre Rangel.
3ª edição. Editora Leitura.
bem-estar@tcu.gov.br
Já falava Gandhi: “seja a mudança que
você quer ver no mundo”.

Aniversariantes

Hoje

Antonio Pedro da Rocha - Serur
Flavia Monken Mascarenhas - Min. Walton Alencar Rodrigues
Francisco José Sobrinho - Secex-RN
Horácio Saboia Vieira - Segep
Jonas Paiva de Oliveira Filho - Secex-RN
Leonardo Lopes Garcia - SeinfraAeroTelecom
Magda Elizabeth dos Santos - Saps
Maria Alice Cosme - Scbex
Pedro Emmanuel F. de Azevedo - SGF
Rodrigo de Araújo Coutinho - DGA
Wanderley Lopes da Mota - Selog

Dia 12

Claudia Regina Bezerra Jordão - Min. Vital do Rêgo
Clindemberg Mendes Patrício - Segec
Constance Escher - Min. Augusto Nardes
Fabrícia L. Souza de A. Oliveira - Selog
Filipe Castro Nicolli - SecexEstataisRJ
Jefferson Lima de Souza - SecexEstataisRJ
João Batista Ferreira Júnior - SeinfraOperações
Jorge Wilton de Azevedo Doreste - SecexAdministração
Juliana Santa Cruz de Souza - Secex-PB
Luciana Tsujiguchi Matuda - Sesol-3
Nathália Brilhante Barbosa - SPC
Odette Baeta Cavalcante - Diedu-MG
Vildes de Sousa Matos - Min-subst. Weder de Oliveira
Walker Antonio Xavier Santos - SEI